



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE: INFLEXÕES NO GOVERNO ULTRANEOLIBERAL DE BOLSONARO

RUTH FERREIRA CONSERVA ANDRADE¹

SAMARA RAQUEL DA SILVA COSTA²

RESUMO

As relações econômicas entre países centrais e periféricos particularizam aspectos políticos, sociais e culturais de cada sociedade, dentre eles, a Política de Educação, cujos desafios se acirraram no governo Bolsonaro, impondo aos trabalhadores brasileiros, historicamente superexplorados e reforçadamente expropriados pelas contrarreformas ultraneoliberais, uma educação precária e excludente.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; Política de Educação; Ultraneoliberalismo.

ABSTRACT

Economic relations between central and peripheral countries particularize political, social and cultural aspects of each society, among them, the Education Policy, whose challenges intensified under the Bolsonaro government, imposing on Brazilian workers, historically super-exploited and reinforced expropriated by ultra-neoliberal counter-reforms, a precarious and exclusionary education.

Keywords: Dependent capitalism; Education Policy; Ultra-neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

Analisar a Política de Educação sob a perspectiva da teoria marxista da dependência (TMD) requer a compreensão de aspectos específicos, em que se destaca a apreensão da categoria da superexploração da força de trabalho e como esta impacta a esfera da economia, da

¹ Universidade Estadual da Paraíba

² Universidade Estadual da Paraíba

política e das relações sociais dos países de economia periférica dependente e, em especial, da sociedade brasileira. Para isso é necessária uma análise conjuntural sobre as crises do capital, e o modo como as suas respostas promoveram a reinvenção do capital modificando significativamente, a economia mundial. Em termos gerais, a crise estrutural do capital determina um conjunto de contradições internas e limitações do próprio sistema capitalista, que o tornam incapaz de garantir um desenvolvimento estável e sustentável a longo prazo, com fortes implicações e prejuízos para a classe trabalhadora, em cada economia e no Sistema Mundial do Capital, como um todo.

No sistema capitalista, há uma tendência inerente à concentração e centralização do capital nas mãos de um número cada vez menor de grandes empresas e grupos econômicos. Isso leva à formação de monopólios e oligopólios, o que gera desigualdades econômicas e de poder significativas (AMARAL, 2012). A tendência à queda na taxa de lucro dentro do sistema capitalista ocorre devido a diversos fatores, incluindo competição entre as empresas, aumento da composição orgânica do capital (mais investimento em máquinas e tecnologia em relação à mão de obra), e esgotamento relativo das fontes de mais-valia, (AUGUSTO, 2005). Essa queda na taxa de lucro pode levar a crises econômicas recorrentes.

É importante também ressaltar que o capitalismo frequentemente enfrenta crises de superprodução, quando a produção excede a capacidade de consumo do mercado. Isso resulta em excesso de oferta, redução de preços, desemprego e desaceleração econômica. Ao mesmo tempo, a desigualdade de renda e a exploração da classe trabalhadora levam ao subconsumo (CARCANHOLO, 2013). Nesse interim é necessária a compreensão das especificidades das economias dependentes que está na necessidade de responder aos distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação capitalista mundial com base na superexploração da força de trabalho, o que repercute, necessariamente, nos direitos e nas políticas sociais e trabalhistas.

Cabe aqui o destaque que, enquanto categoria teórica, a superexploração da força de trabalho não poderia ser utilizada para entender a especificidade do capitalismo central, embora alguns autores contemporâneos da TMD argumentem que o processo de globalização neoliberal – enfatizando-se a sua fase ultraneoliberal - a partir dos últimos anos do século XXI, teria levado à utilização de mecanismos próprios da superexploração também no centro da economia mundial (CARCANHOLO, 2013), processo recorrentemente cunhado de “brasilianização do mercado de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho” dos países centrais – e até mesmo das demais relações de exploração e opressão da classe trabalhadora, especialmente após o episódio da pandemia da Covid-19.

O Brasil, enquanto economia dependente, enfrenta particularidades, principalmente no campo das políticas sociais, as quais afetam principalmente a classe trabalhadora. Aqui trataremos especificamente da Política de Educação e suas principais características no governo de Bolsonaro, na fase ultraneoliberal do capital. No primeiro tópico, enfatizaremos sobre a categoria da superexploração da força de trabalho, que é especificamente proposta pela TMD. E, no segundo momento deste trabalho, veremos como essas características, que particularizam o Brasil como uma economia dependente, se expressam e se reproduzem na Política de Educação contemporânea.

1. A Teoria Marxista da Dependência e a categoria da superexploração da força de trabalho

Com o desenvolvimento da sociedade burguesa e capitalista, durante os séculos XVIII e XIX, Karl Marx analisa as desigualdades oriundas do Modo de Produção Capitalista (MPC), entre elas: a exploração da força trabalho sofrida pela classe operária; a apropriação - por parte da classe dominante - da riqueza produzida pela classe trabalhadora e as distorções ideológicas do real que contribuíam para a manutenção da ordem, além da reprodução de ideias dominantes pela burguesia.

O termo “exploração da força de trabalho”, utilizado por Marx em suas produções teóricas, foi aprofundado por Rui Mauro Marini na categoria “superexploração da força de trabalho”, necessária para o entendimento da “Teoria Marxista da Dependência” (TMD). Conforme cita Marx (2013), em seu livro “O Capital”, a composição do capital deve ser considerada em dois sentidos: sob o aspecto do valor, entendida por Marx de “composição de valor”, determinada pelo capital constante, no valor dos meios de produção e pelo capital variável, através do valor da força de trabalho, expressando a soma total dos salários. A segunda composição, chamada por Marx de “composição técnica do capital, é apresentada sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, no qual “todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho” (MARX, 2013, p. 836), ou seja, divide-se entre a magnitude dos meios de produção e a quantidade de trabalho obrigatória para a manutenção do serviço empregatício da massa trabalhadora, junto aos meios de produção disponibilizados pelo capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entre essas duas composições existe uma correlação chamada por Marx (2013) de “composição orgânica do capital”, pois a composição técnica do capital determina e reflete as transformações da composição de valor. O desenvolvimento do capital deriva da produtividade do capital variável, ou seja, da força de trabalho que se transforma em mais valor³, e consequentemente a mais-valia⁴, que designa a acumulação.

É nesse sentido que a reprodução da força de trabalho representa no salário o montante do valor inferior àquele produzido na jornada de trabalho, ou seja, a força de trabalho produz mais valor que o valor expresso/pago no salário, pois, mesmo pagando pela força de trabalho, o capitalista ainda consegue extrair da jornada de trabalho do operário, um valor excedente: a mais-valia, fonte do seu lucro. O valor excedente extraído da produção e reprodução da força de trabalho é apropriada pelo capitalista na relação capital/trabalho de expropriação (extração) do trabalhador, designada em uma relação de exploração. “É nessa relação que é fundado o Modo de Produção Capitalista (MPC)” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 114).

Aqui entende-se que acumulação do capital é, portanto, a multiplicação dessa força de trabalho e consecutivamente do proletariado detentor da força de trabalho, explorado na relação capital/trabalho, pelo capitalista.

Em Marx, o termo “exploração” possui um sentido amplo de usar/ consumir/explorar a capacidade que a mercadoria dispõe de satisfazer a necessidade de quem dela se utiliza, que implica na realização do valor de uso, próprio da mercadoria em questão. Na sociedade capitalista, considera-se que as mercadorias sejam compradas e vendidas pelos seus valores, equivalentes às normas das relações mercantis, aqui cabe o esclarecimento da “lei do valor” em Marx. A troca de mercadorias na produção mercantil, conforme a quantidade de trabalho necessário nelas investido, é denominada por Marx de “lei do valor”, a qual possui uma validade no campo da produção mercantil, quando esta se generaliza e passa a regular as relações econômicas na universalização do capitalismo (NETTO; BRAZ, 2012). Essa produção de mercadorias, configura-se na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção.

³ Provém do acréscimo de valor gerado na produção, pela intervenção da força de trabalho; (D+ é o dinheiro + lucro); D' é de onde sai o lucro do capitalista, resultante do dinheiro acrescido a mais-valia (NETTO; BRAZ, 2012, p. 97).

⁴ Bem esclarecida por Netto e Braz (2012), como valor excedente (acrescido à jornada de trabalho da classe operária que produz um valor superior ao da produção). É desse valor excedente designado como mais-valia que o capitalista se apropria.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Entendido a “lei do valor”, podemos concluir a concepção de exploração em Marx, que constitui na apropriação pelo capital (mesmo pagando o salário equivalente força de trabalho do operário), do valor excedente: a mais-valia, conforme discutido anteriormente. Considerando essa natureza do capital, cabe ressaltar a suposição de que: mesmo que o trabalhador que vende sua força de trabalho receba um salário maior que seu valor, mesmo assim a mais-valia pode ser produzida, desde que a diferença entre o salário e o valor da força de trabalho, não seja grande o suficiente para consumir todo o valor produzido na jornada de trabalho (CARCANHOLO, 2013).

Partindo da compreensão do significado do termo utilizado por Marx, “exploração”, Marini destaca que a “superexploração da força de trabalho” não significa apenas mais exploração, nem tampouco confunde-se com “exploração do trabalho”. Para Carcanholo (2013), tratar esses dois termos como sinônimo evidencia não considerar a dialética da força de trabalho, tida como mercadoria e mais, significa restringir a análise crítica, além de não ponderar a grande descoberta de Marx da economia política clássica, de conseguir entender o real sentido da relação capital/trabalho vinda da força de trabalho, vendida pelo trabalhador ao capitalista, possuindo a capacidade de realizar o trabalho. Conforme Carcanholo (2013), apreender a “superexploração da força de trabalho” como categoria⁵ significa que:

antes de ser uma ideia exclusiva do plano subjetivo, teórico e conceitual, é uma determinação real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve; não é uma manifestação objetiva de um conceito idealizado, e que faz sentido dentro de um sistema puramente lógico, mas uma determinação da lógica objetiva do capitalismo (CARCANHOLO, 2013 p. 76).

Aqui, entende-se a superexploração da força de trabalho enquanto categoria, que é o elemento central dentro da TMD, e não para Marx, devido a ausência de categoria e intermediações para o entendimento de um fenômeno que o socialista não analisou dentro do nível de abstração⁶ que lhe estabelecia. Sendo a categoria em Marx, apenas a exploração da força de trabalho revelada na taxa de mais-valia, admite-se que a categoria central na teoria deste autor não seria a superexploração, por não ter uma existência objetiva e concreta própria que lhe desse sentido, sendo considerada apenas pelo aumento da taxa de mais-valia, ou seja, em mais exploração.

⁵ “As categorias, pois, não pertencem em exclusivo ao mundo do pensamento, mas têm existência na própria realidade social e cultural; pertencem à atualidade, mas frequentemente as suas origens são remotas, perdendo-se na sombra dos tempos” (Prado, 2011, p. 81).

⁶ Nível de abstração em que Marx não analisou em “O capital”, não sendo o suficiente para entender as distintas especificidades de determinada localidade, país ou região (CARCANHOLO, 2013, p. 79).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, a TMD interpreta a superexploração no sentido de mecanismos que sustentem a elevação da taxa de mais-valia, considerada “como o conjunto de situações que possibilitam a alta no grau de exploração da força de trabalho, mediante a redução dos salários para o nível inferior ao valor da força de trabalho.” (CARCANHOLO, 2013, p. 77).

Marx tem como objeto de análise o MPC na sua universalidade e, por isso, não se debruça minuciosamente sobre as especificidades da realidade determinadas por distintas nações. Sendo assim, a Teoria Marxista da Dependência possui distintas formas de inserção no processo de acumulação capitalista em proporção mundial, devido a análise dos países centrais com comportamento imperialista⁷. Estes, definem a forma como se desenvolve a economia mundial refletida nos países dependentes, os quais são obrigados a funcionar conforme os determinantes da economia mundial, fazendo sentido à teoria da dependência.

Atentando-se que a superexploração da força de trabalho não pode ser fundamentada em Marx, a TMD trata de entender as especificidades do capitalismo dependente, e encontra em Marini na sua obra “Dialética da Dependência”, aproximações teóricas necessárias para o entendimento de elementos que reafirmam que a estrutura basilar da dependência é a superexploração do trabalho. Neste aspecto, fica evidente que

a superexploração da força de trabalho é uma categoria específica do capitalismo dependente... Essa especificidade se define a partir da função subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se em mecanismos estruturais de transferência de valor, que embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais (CARCANHOLO, 2013, p. 8; grifos próprios).

A troca desigual e combinada de mercadorias é analisada por Marini (2017), através de mecanismos relacionados aos níveis de abstração distintos no processo de trocas mercantis. O primeiro deles, considera que diferentes capitais podem produzir uma mesma mercadoria em vários níveis de produtividade; o segundo mecanismo de transferência refere-se a um nível de abstração menor nas trocas mercantis; frente a esses mecanismos de transferência, seja com base na produtividade ou no monopólio de produção; o terceiro mecanismo, considerado de compensação, refere-se ao incremento do valor trocado por parte de regiões desfavorecidas que

⁷ Conforme Silva (2021), o atual capital-imperialismo emergiu sob a institucionalidade das entidades internacionais criadas no pós-guerra, visando “assegurar a coordenação econômica e mercantil de empreendimentos com enorme abrangência e que exigiam grande mobilidade espacial, elaborando formas de ‘automatização’ local da gestão, sem redução da unidade de ação no plano internacional” (FONTES, 2013, p. 9) e, nesse contexto, a exacerbação da concentração do capital em sua forma monetária colocou-nos diante “[...] da mais extrema potencialização da propriedade capitalista, que se torna abstrata, desigualitariamente socializada e extremamente destrutiva” (FONTES apud. CARCANHOLO, 2013).

naturalizam a transferência mediante o aumento realizado, sempre no nível das relações internacionais do mercado.

Conforme Marini (2017), o que interessa é que para se obter o aumento da massa de valor produzida o capitalista deve difundir uma maior exploração da força de trabalho, na sua intensidade e prolongação da jornada de trabalho. Diante do exposto, as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam a correção necessária para o devido equilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, o que designa em maior para aumentar a capacidade produtiva do trabalho, então procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através de uma maior exploração da classe trabalhadora.

Nesse interim, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, apresentada desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso a taxa de lucro. (MARINI, 2017). Nesse sentido, esses três mecanismos citados acima – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação da força de trabalho por parte do trabalho necessário – representam o efeito desigual e combinado, diante da maior exploração do trabalhador e não o desenvolvimento da sua capacidade produtiva. Isso explica o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, considerando o tipo de atividade que realizam.

É cabível ressaltar que colônias como México e Peru com suas minas de ouro, e o Brasil com as plantações de cana de açúcar, contribuíram para a conexão com os grandes centros capitalistas, pautadas no trabalho escravo, sob a ótica de que “são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho”, que implica na superexploração do trabalho, quando há uma remuneração abaixo do seu valor. A condição escravista, não gera superexploração, mas coloca a América Latina a reproduzir as relações de produção que se encontrava na origem da formação desse mercado, que determina o seu caráter de acumulação e expansão embasadas na superexploração do trabalhador. Essa condição se assenta no fundamento da dependência latino-americana. (MARINI, 2017).

A condição de hierarquização dos países centrais, coloca as nações dependentes da América Latina em uma etapa do desenvolvimento capitalista em condições relativamente favoráveis, quando comparado à África e à maioria da Ásia. No período da crise mundial do entre guerras, as economias latino-americanas de maior desenvolvimento relativo, como o Brasil, o México, a Argentina, o Chile e o Uruguai, conseguiram impulsionar o processo de industrialização, que posteriormente se generalizaria à Venezuela, à América Central e aos demais países. Isto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

permitiu à América Latina aproveitar as mudanças que tinham lugar na economia capitalista internacional para fortalecer sua indústria manufatureira (MARINI, 2012).

Comportamento este que ilustra a ascensão dos países centrais, inclusive dos Estados Unidos da América (EUA) - enquanto potência mundial surgida após a crise mundial⁸ - visto que a aceleração e expansão do capital produtivo somado a circulação do capital em dinheiro, coloca em regra um novo cenário da economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho. Estamos diante de uma realidade econômica em que a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. Ainda que haja a ampliação do capital industrial e o fortalecimento em áreas extrativas e agrícolas, sua extensão e a diversificação em escala mundial acontece na indústria manufatureira, que resulta em uma “hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo” (MARINI, 2012, p. 43).

Para Marini (2012), o subimperialismo consiste na forma que assume a economia dependente ao chegar a etapa dos monopólios e do capital financeiro, a partir de dois elementos básicos: a composição orgânica em escala mundial sob os traços nacionais e o exercício da política expansionista vinculada ao sistema produtivo imperialista em escala internacional. Nesse sentido, o

O subimperialismo brasileiro não é somente a expressão de um fenômeno econômico. Resulta, em grande medida, do próprio processo de luta de classes no país e do projeto político, definido pela equipe tecnocrático-militar, a qual assume o poder em 1964, conjugados às condições conjunturais na economia e na política mundiais. As condições políticas se relacionam com a resposta do imperialismo, à passagem da monopolaridade à integração hierarquizada (MARINI, 2012, p. 60).

Percebe-se que a particularidade brasileira subimperialista, resulta da luta por direitos pela classe trabalhadora. É nesse campo de luta de classes que as condições políticas, especificamente no campo das políticas sociais emergem enquanto país de economia dependente, especificamente no âmbito da Política Social de Educação.

⁸ A Segunda Guerra mundial correspondeu ao auge de um longo período de crise da economia capitalista internacional, provocado pelo deslocamento de forças entre as potências imperialistas e pelo surgimento de novas tendências, no que se refere à acumulação de capital. Crise essa que se manifestou primeiro através da intensificação da luta por mercados, conduzindo à primeira guerra, e continuou na grande depressão dos anos trinta, cujo resultado mais imediato foi a afirmação da hegemonia incontestável dos Estados Unidos no mundo capitalista. Além de permitir-lhes centralizar uma enorme quantidade do capital-dinheiro internacional (em 1945, 59% das reservas mundiais em ouro, cifra que alcançaria 72% em 1948) (HUDSON, 1973, p. 88), o conflito bélico havia impulsionado um desenvolvimento econômico e tecnológico febril nos Estados Unidos (MARINI, 2012, p. 32).

A condição dependente brasileira, constitui implicações para o processo educativo, considerando apenas o sentido mercadológico para a classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2015). Aqui, trata-se de compreender que a educação ofertada em tais economias tem um caráter marcadamente mercadológico, visando atender aos interesses do capital, não promovendo uma educação emancipatória.

Em seguida, veremos como a Teoria Marxista da Dependência e a categoria superexploração da força de trabalho se refletem na Política de Educação, sobretudo, considerando o atual modelo ultraneoliberal do capital, que propõe o acesso a uma educação tecnicista voltada apenas ao mercado de trabalho, obstaculizando enxergar o conhecimento como um elemento que possibilite a emancipação humana dos sujeitos e, assim, fortalecer a luta constante das classes e movimentos sociais das minorias.

2. Economia dependente e política de educação no governo Bolsonaro

O desenho das Políticas Sociais no Brasil se reconfigura nesse período, recrudescendo a fragmentação, focalização e privatização que sempre estiveram presentes nas Políticas Sociais, mas se intensificam no atual momento. Conforme Brettas, “a particularidade que as políticas sociais assumem, passa pela financeirização e pela forma como se dará a apropriação pelo fundo público” (BRETTAS, 2020, p. 233). Dessa forma, o grande capital estrangeiro é alimentado por meio dos valores arrecadados pelo Estado brasileiro.

Trata-se de implantar uma agenda ultraneoliberal, “pós-neodesenvolvimentista”. Refere-se a uma abordagem econômica que capitula o paradigma do neodesenvolvimentismo, nos governos Lula e Dilma, buscando acelerar e intensificar processos de expropriação e espoliação de bens e direitos em prol de interesses privados, enquanto promove um ajuste fiscal permanente; este, por sua vez, implica em políticas governamentais constantemente voltadas para o controle e a redução dos gastos públicos, bem como o aumento da arrecadação de receitas. Isso envolve medidas como cortes em programas sociais, privatizações de empresas estatais, redução de investimentos em infraestrutura e serviços públicos, além de aumento de impostos, entre outros.

Tais medidas visam equilibrar as contas públicas e reduzir o déficit orçamentário, seguindo a lógica neoliberal de diminuir a intervenção do Estado na economia e na área social; e promover a eficiência do setor privado como motor do crescimento econômico. No entanto, um ajuste fiscal permanente tem consequências negativas, como o aumento da desigualdade social, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

precarização dos serviços públicos essenciais e o enfraquecimento do papel do Estado como promotor de bem-estar social.

A entrega de bens e patrimônios do país à iniciativa privada refere-se à privatização de empresas estatais, concessões de serviços públicos para o setor privado e a abertura de setores estratégicos da economia para investidores privados, nacionais e estrangeiros. Essa agenda busca transferir para o setor privado a responsabilidade pela gestão e operação de infraestruturas e serviços antes controlados pelo Estado, com o argumento de aumentar a eficiência e a competitividade desses setores. No entanto, essa entrega à iniciativa privada gera preocupações quanto à perda do controle estatal sobre setores estratégicos, a qualidade dos serviços prestados, a concentração do poder econômico em mãos de poucos grupos e a vulnerabilidade a interesses privados em detrimento do interesse público.

Esse contexto, através de seus dados, nas palavras de Silva, evidencia que:

[...]o colapso do “neodesenvolvimentismo” e a (re)emergência do ultraneoliberalismo no Brasil alcançam o objetivo de recrudescer as ofensivas neoimperialistas de espoliação e expropriação, com vistas à acumulação do capital. Os lucros recordes dos bancos, a alta concentração da renda, a crescente desigualdade social, a desproteção e precarização do trabalho e, enfim, a deterioração das condições de vida e trabalho dos trabalhadores brasileiros são as expressões mais concretas do atual estágio de uma acirrada luta de classes que estamos vivenciando no contexto da crise estrutural do modelo de produção capitalista (Silva *et. al.* (2020, p. 717).

As autoras analisam a situação socioeconômica do Brasil, destacando o colapso do neodesenvolvimentismo e o ressurgimento do ultraneoliberalismo como uma estratégia que intensifica as ofensivas neoimperialistas de espoliação e expropriação em favor da acumulação de capital. Elas ressaltam que os altos lucros dos bancos, a concentração de renda, a desigualdade social crescente e a precarização do trabalho são evidências concretas desse processo. Esse contexto é tido como parte de uma luta de classes exacerbada pela crise estrutural do modelo de produção capitalista, diante dos desdobramentos da crise de 2008.

Conforme Mattos, desde 2008 a economia capitalista viveu um processo de depressão profunda a nível global, considerando que suas consequências perduram até os dias atuais principalmente no Brasil, o qual sofreu um impacto imediato da crise, a exemplo da queda brusca da taxa de crescimento econômico em 2009, mas conseguiu se recuperar rapidamente pela via de estímulos ao mercado interno na adoção de medidas como: políticas sociais focalizadas, crescimento do salário mínimo e conseqüentemente, o endividamento das famílias. (MATTOS, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Especificamente, na Política de Educação, o governo Bolsonaro reforçou interesses econômicos do projeto ultraneoliberal com traços pautados no ideário neofacista, por meio de medidas como: o incentivo a ataques cibernéticos e ameaças a professora/es prometendo a retaliação orçamentária das Universidades; a alteração no financiamento das pesquisas, especialmente na área das ciências sociais; o lançamento do projeto Future-se⁹, com o propósito de refuncionalizar as Universidades para ajustá-las ao padrão de acumulação neoliberal e capitalista dependente; as cotas foram fortemente atacadas, por meio de caricaturas de imagens dos estudantes como drogados e baderneiros, além da promulgação de uma portaria que dispunha sobre as cotas raciais na pós-graduação (LEHER, 2020).

Ainda é válido destacar o corte nas bolsas de iniciação científica para as áreas sociais com a redução de mais de 10 mil bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse contexto de ajuste fiscal, Leher considera que “o grosso da política educacional estava a cargo do braço ideológico com escassa interação com o braço econômico” (LEHER, 2020, p. 79). Dessa maneira, o governo Bolsonaro trouxe fortes implicações para a Política de Educação reforçando a sua ideologia e o braço econômico ultraneoliberal.

Algumas das medidas que contempla o projeto do governo Bolsonaro foram adotadas no período pandêmico e pós-pandemia da COVID-19. Uma série de ações antidemocráticas corroboraram para a o desmonte do sistema educacional, a exemplo do ensino à distância (EAD):

com a paralisação das atividades em escolas públicas e particulares de todos os níveis de ensino: educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), educação superior, educação profissional e tecnológica, inclusive das demais modalidades de ensino: educação inclusiva, educação de jovens e adultos, educação indígena e educação rural, entra em discussão uma nova forma de estudar: as aulas remotas, associadas à discussão do ensino à distância (EAD), e/ou ensino remoto emergencial (FÉRRIZ; MARTINS; DAMASCENO, 2022, p. 192).

Desde o início da pandemia da COVID-19, as escolas públicas suspenderam as aulas e anteciparam as férias, enquanto que, as escolas particulares começaram a aderir a aulas remotas em que o professor ministra aulas em sua residência e os estudantes assistem às aulas em suas residências, através da utilização de plataformas digitais que se expandiram para as Universidades públicas e Faculdades particulares. A modalidade EAD e outras medidas adotadas

⁹ Lançado em 17 de julho de 2019, a principal proposta do Future-se é aumentar a autonomia financeira das Universidades e Institutos Federais por meio de incentivo ao empreendedorismo e à captação de recursos próprios (BRASIL, 2019). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78211:mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos&catid=212&Itemid



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

na rede de educação durante a pandemia da COVID-19, estenderam-se até o período pós-pandemia mediante ao aprofundamento dos ataques ultraneoliberais à Política de Educação durante o governo Bolsonaro, tais como: o movimento “Escola Sem Partido”, a discussão da “ideologia de gênero”, a proposta de militarização das escolas, o desfinanciamento da educação, o descrédito pelas produções científicas, dentre outros (FÉRRIZ; MARTINS; DAMASCENO, 2022, p. 193).

É aqui que o desmonte da Política de Educação se configura como elemento resultante do modo dependente em que o Brasil se insere na ordem capitalista internacional. Esse cenário engendra um leque de consequências, em termos de sua estrutura socioeconômica, que são determinantes da condição dependente. “O cerne da condição dependente está no fato de que a burguesia brasileira vê ser absorvida pela burguesia imperialista junto com uma relação extremamente desvantajosa em termos da Divisão Internacional do Trabalho”, (CASTRO *et al.*, 2023, p. 3). Desse modo, não há necessidade da existência de um desenvolvimento soberano no que diz respeito a uma Política de Educação de qualidade, pelos recursos científicos o que repercute nas necessidades educacionais da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerando algumas aproximações teóricas citadas neste trabalho sobre a Teoria Marxista da Dependência, pautada na categoria exploração da força de trabalho, a Política de Educação brasileira é descendente desse processo de globalização e financeirização do capital. O Brasil enquanto economia dependente possui a particularidade de adaptar-se ao *modus operandi* em que funcionam as economias centrais, esse cenário se reflete inclusive no campo das Políticas Sociais, como sendo uma estratégia do capital para sustentar o consumo por parte da classe trabalhadora no período pós-crise.

O binômio conquista/concessão da política social, ao mesmo tempo que corrobora para o crescimento do capitalismo, atende as necessidades da classe trabalhadora é uma estratégia do capital, mediante resposta às crises. Especificamente, na Política de Educação, a condição da economia dependente brasileira, coloca em cheque a formação educacional da classe operária. Em um mundo em constante transformação, marcado por desafios econômicos, políticos e sociais profundos, o ultraneoliberalismo emergiu como uma proposta ideopolítica e macroeconômica que reconfigurou as relações de poder e a organização da economia global que altera, inclusive a forma como se dá a política educacional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A condição de dependência do Estado brasileiro reflete uma educação financeirizada, mercadológica e altamente precarizada, principalmente no último (des)governo ultraneoliberal. O desmonte da Política de Educação, não só através do desvio de recursos financeiros, mas, também, através de uma educação sem formação emancipatória, o que implica no não interesse das classes abastadas em busca de uma formação que possa transformas sua vida humana, tendo em vista todas as precarizações na educação para se ter um sucesso profissional. Por isso, para compreender o ultraneoliberalismo contemporâneo e suas implicações profundas na sociedade, é imprescindível retornar aos momentos cruciais em que se delineararam as bases e os princípios neoliberais como uma visão de mundo e uma estratégia econômica para analisar e contestar suas manifestações mais extremas e suas repercussões na ordem social, econômica e política atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação/ Future-se**. Brasília (DF). 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78211:mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos&catid=212&Itemid=86
Acesso em: 28 de abril de 2024.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

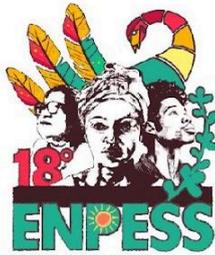
CARCANHOLO, Marcedo Dias. **(IM)precisões sobre a categoria supeexploração da força de trabalho**. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini/ Organizador: Niemeyer Almeida Filho. Brasília (DF), Ipea, 2013.

CASTRO, Rufino Matheus, *et al.* **Dependência educacional: uma análise da relação entre conservadorismo e educação no Brasil a partir da teoria marxista da dependência**. Anais do II seminário de educação, diversidade e direitos humanos. vol. 2, 2023, CEEINTER.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira.; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro.; DAMASCENO, Heide de Jesus. **Os impactos da pandemia da COVID-19 na educação brasileira e o serviço social**. Em: FÉRRIZ, A. F. P.; MOREIRA, C. F. N.; MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. de (Orgs.). Tijolos contra muros: contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**. Ano 13, Nº 20/2015, p. 206-233. Rio de Janeiro. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario> > acesso: dezembro.2023.

LEHER, Roberto. **Educação e Neofacismo no Governo Bolsonaro**. Em: REBUÁ, Eduardo et al. (Orgs.). (Neo) Fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro, MV Serviços e Editora 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARINI, Ruy Mauro. **A acumulação capitalista mundial e subimperialismo**. Tradução: BICHR, Maíra Machado; SANTOS, Fábio Pádua dos. Rev. Outubro n° 20, 1° semestre, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política/ livro 1: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro, Neofascismo e Autocracia Burguesa no Brasil**. Relações Internacionais. ed. 73., março de 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. Ed. Biblioteca básica de serviço social; v. 1, São Paulo: Cortez, 2012.

PIANA, Maria Cristina. **A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Sheyla Suely de Souza.; ALMEIDA, Larissa Martins de.; ANDRADE, Sayonara Santos. **Neoliberalismos e Contrarreformas das Políticas Sociais**. In: SILVA, A. X. da; NÓBREGA, M. B. da; MATIAS, T. S. C. CONTRARRREFORMA, INTELECTUAIS E SERVIÇO SOCIAL: as inflexões na política de saúde. Campina Grande/PB: EDUEPB, 2017.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Expressões contemporâneas do imperialismo e desafios à sua análise**. Rev. Katálysis, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 427-437, maio/ago. 2021.